

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária
Diretoria Executiva do SC Rural

Projeto

SC RURAL 2

SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

Marco de Gestão Ambiental e Social

Anexo III

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Versão 1

Março 2026

Sumário

Apresentação	4
1. Descrição do Projeto SC Rural 2	5
1.1. Contexto	7
1.2. Objetivos	10
2. Plano de Envolvimento das Partes Interessadas	11
3. Identificação das Partes Interessadas	12
3.1. Conceito	12
3.2 Partes Interessadas Identificadas	12
4. Transparência e Divulgação das Informações Relevantes	20
4.1. Meios de Comunicação, Divulgação, Envolvimento das Partes Interessadas, Estratégia proposta para divulgação de informações	20
5. Estratégia de Envolvimento das Partes Interessadas	22
5.1. Antecedentes e Atividades de Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas Realizadas durante a Preparação do Projeto	22
5.3. Mapeamento Detalhado das Necessidades Especiais para o Envolvimento de Grupos Sociais Vulnerabilizados, Povos Indígenas, Quilombolas e Tradicionais das Áreas de Intervenção Pré-Selecionadas	24
5.4. Consulta da Proposta Preliminar do PEPI	25
5.5. Proposta Preliminar para o Envolvimento das Partes Interessadas durante a Implementação do Projeto	28
6. Resposta e Resolução de Queixas	31
6.1. Publicização	31
6.2. Descrição do Mecanismo de Atendimento e Resposta a Queixas (MARQ)	31
6.3. Processo de Gestão e Monitoramento	33
6.4. Prazo de Resposta	34
6.5. Recursos e Avaliação do Manifestante	34
6.6. Análise do Funcionamento do Mecanismo	34
7. Arranjos institucionais para implementação do Plano	35
7.1. Funções e responsabilidades de gestão	35
7.2. Recursos	36
7.3. Monitoramento e Relatoria	36

Lista de abreviaturas e siglas

CADÚnico	Cadastro Único (Cadastro social do Governo Federal)
CEDERURAL	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural
CEPIN/SC	Conselho Estadual dos Povos Indígenas de Santa Catarina
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CMDR	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CONSEA/SC	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina
DESC	Diretoria Executiva do SC Rural 2
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPROJ	Escritório de Gestão de Projetos do Estado de Santa Catarina
FDR	Fundo de Desenvolvimento Rural
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IMA	Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SAPE	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária
SAQ	Secretaria de Estado de Aquicultura e Pesca
SAS	Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família
SEF	Secretaria de Estado da Fazenda
SEMAE	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Economia Verde
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento
SIE	Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
TI	Terra Indígena
TQ	Território Quilombola

Apresentação

Este documento apresenta o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) do projeto **SC Rural 2: Sustentabilidade e Inovação** - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Espaço Rural e Pesqueiro de Santa Catarina: Resiliência Ambiental, Inovação e Inclusão Social, elaborado com base nas orientações e informações compartilhadas pela Equipe do Banco Mundial e por meio de dados secundários e primários referentes aos aspectos socioambientais dos municípios e das comunidades rurais e pesqueiras onde serão implantadas as iniciativas do Projeto.

1. Descrição do Projeto SC Rural 2

O projeto SC Rural 2 pretende, ao final de sua implantação, ter promovido uma mudança significativa no espaço rural e pesqueiro do Estado, gerando resultados de curto, médio e longo prazo. Esses resultados visam ampliar a resiliência das propriedades rurais e pesqueiras aos choques climáticos, ampliar o acesso aos mercados para os beneficiários do projeto, fomentar o aumento da renda agrícola, aumentar a segurança alimentar e nutricional e fortalecer as instituições públicas dentro de uma cultura de sustentabilidade.

O projeto consta de três componentes para alcançar o seu propósito, sendo estes: (i) Apoio Direto aos Beneficiários; (ii) Bens e serviços públicos; e (iii) Fortalecimento institucional.

Componente 1 - Apoio Direto aos Agricultores familiares e Povos e comunidades Tradicionais

O componente de Apoio Direto visa apoiar financeiramente projetos de adequação ambiental, planos de negócio, adoção de novas tecnologias (foco emecoinovação), segurança alimentar e nutricional, com dois objetivos principais: promover o incremento de renda entre os beneficiários e o enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, aumentando a resiliência e a sustentabilidade de suas atividades produtivas. Com isso, o projeto permite que agricultores e pescadores adotem práticas agrícolas e pesqueiras mais eficientes e ambientalmente corretas, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida no espaço rural e pesqueiro.

A implementação de tecnologias sociais é outro aspecto crucial, promovendo a segurança alimentar por meio de técnicas de cultivo e manejo de recursos adequados a cada situação, garantindo que as famílias tenham acesso a uma alimentação de qualidade. A disseminação e o fomento de práticas inovadoras também serão promovidos, incentivando a adoção de novos métodos e equipamentos que aumentem a produtividade e a sustentabilidade de suas operações.

Outro objetivo importante deste componente é a ampliação da rede e do acesso à internet no espaço rural e pesqueiro. A conectividade é essencial para que os beneficiários possam acessar informações, participar de redes de conhecimento e comercializar seus produtos de forma mais eficiente. A promoção do acesso à energia elétrica e renovável é igualmente prioritária, permitindo que as comunidades utilizem fontes de energia limpas e sustentáveis, reduzindo os custos operacionais e o impacto ambiental. Este enfoque integrado não apenas melhora as condições de vida, mas também fortalece a capacidade dos beneficiários de inovar e se adaptar às

mudanças, garantindo um desenvolvimento rural e pesqueiro mais equilibrado e sustentável.

Componente 2 - Fortalecimento de Bens e Serviços Públicos

O componente de Bens e Serviços Públicos visa custear uma série de atividades realizadas pelos coexecutores, essenciais para garantir a eficácia das ações de apoio direto. Um dos principais focos desse componente é a capacitação dos beneficiários, que busca fomentar a resiliência socioambiental e econômica das comunidades rurais e pesqueiras. Por meio de programas de capacitação, os participantes serão instruídos em práticas sustentáveis, técnicas de manejo de recursos naturais, estratégias de empreendedorismo e de melhoria do ambiente de negócios.

Além da capacitação, o componente de bens e serviços públicos inclui o suporte por meio de visitas *in loco* de assistência técnica de extensão rural (ATER). Essas visitas são cruciais para acompanhar os beneficiários em diversas áreas, oferecendo orientação especializada e suporte contínuo para a elaboração de projetos e implementação das práticas e tecnologias necessárias. A presença de técnicos de extensão no campo permite a identificação rápida de problemas, a adaptação de soluções às condições locais e o fortalecimento das capacidades técnicas dos beneficiários. Essa proximidade garante que recebam o apoio necessário para maximizar os benefícios das iniciativas de apoio direto, resultando em uma melhoria geral na eficiência e sustentabilidade das operações agrícolas e pesqueiras. Adicionalmente, a contratação de serviços técnicos especializados para atuação direta na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em comunidades tradicionais garantirá que essas tenham acesso a suporte técnico qualificado, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

O componente também enfatiza a importância da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em linhas de trabalho que promovam a intensificação sustentável e o desenvolvimento de tecnologias capazes de atender às demandas atuais e futuras da agricultura e pesca do Estado. O desenvolvimento e a difusão de inovações tecnológicas é vital para modernizar o setor e aumentar a produtividade de forma sustentável. Além disso, o componente inclui ações para readequação e manutenção de estradas rurais vicinais, crucial para resolver gargalos logísticos que dificultam o acesso dos produtores ao mercado. Também é prevista a regularização sanitária de empreendimentos, por meio de capacitação, sensibilização e orientação, assegurando que os produtos atendam aos padrões de qualidade e segurança, o que facilita sua comercialização e agrega valor à produção local. Esses esforços integrados contribuem para criar um ambiente mais propício ao desenvolvimento econômico e social das comunidades, promovendo um crescimento sustentável e inclusivo.

Componente 3 - Fortalecimento Institucional, Ampliação de políticas e programas inovadores de apoio e Gestão do Projeto

O Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto, por sua vez, envolve uma série de ações estratégicas, não apenas para viabilizar a execução do SC Rural 2 como para dar sustentabilidade às atividades e políticas públicas implementadas no decorrer do projeto. Primeiramente, a capacitação das equipes garantirá que o pessoal envolvido tenha habilidades e conhecimentos necessários para executar suas funções com eficácia. Isso pode ser alcançado através de programas de capacitação continuada, workshops e cursos de especialização, que abordarão desde aspectos técnicos até questões administrativas e de gestão.

A modernização da gestão institucional também é vital, sendo que a contratação de consultorias especializadas pode contribuir para identificar e resolver áreas frágeis dentro das instituições, promovendo uma gestão mais eficiente e eficaz. Além disso, a estruturação da Diretoria Executiva do projeto é um componente essencial para a coordenação e supervisão das atividades. Isso envolve o aprimoramento dos sistemas integrados e bases de dados de informações do Estado, garantindo que os dados estejam atualizados e acessíveis para tomadas de decisão informadas. A melhoria e integração dos sistemas e tecnologias de informação permitirá uma gestão mais transparente e responsiva, facilitando a comunicação entre diferentes partes interessadas e aumentando a eficiência operacional, fornecendo insumos para o planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. A disseminação de boas práticas para as comunidades atendidas contará com centros vocacionados e de referência para as principais cadeias produtivas do Estado.

A implementação de salas de situação para agricultura e pesca do Estado permitirá monitorar e responder rapidamente a situações emergenciais, além de planejar ações estratégicas a longo prazo. A modernização e a implantação de estruturas experimentais para avaliar modelos de sistemas produtivos a curto, médio e longo prazo são essenciais para adaptar as práticas agrícolas e pesqueiras às mudanças climáticas e às necessidades do mercado. Essas ações, em conjunto, fortalecerão as instituições e capacitarão o corpo técnico do Estado para promover um desenvolvimento rural e pesqueiro mais robusto e resiliente.

1.1. Contexto

O território do SC Rural 2 será o estado de Santa Catarina com atuações específicas nas distintas regiões e seus municípios. De forma diferenciada também se dará a atuação dos componentes “Apoio Direto” e “Bens e Serviços Públicos” prestados para

os distintos públicos beneficiários. Para essa distinção, foram elaborados mapas socioeconômicos e ambientais para determinar a priorização de temáticas estratégicas a serem trabalhadas em cada região e município.

Considerando que um dos objetivos do projeto é a diminuição das desigualdades regionais, promovendo um desenvolvimento inclusivo, equilibrado e sustentável em Santa Catarina, elaborou-se um Mapa representativo das desigualdades regionais. Este mapa considera como regiões a divisão territorial utilizada pela Epagri em sua estrutura administrativa e de planejamento regional, com três situações: regiões mais desenvolvidas (cinco), regiões menos desenvolvidas (cinco) e regiões em transição (seis). As regiões menos desenvolvidas contam com 68 municípios (23%), em transição com 125 municípios (42%) e as mais desenvolvidas com 102 municípios (35%).

Figura 1. Mapa de classificação socioeconômica das regiões do Estado

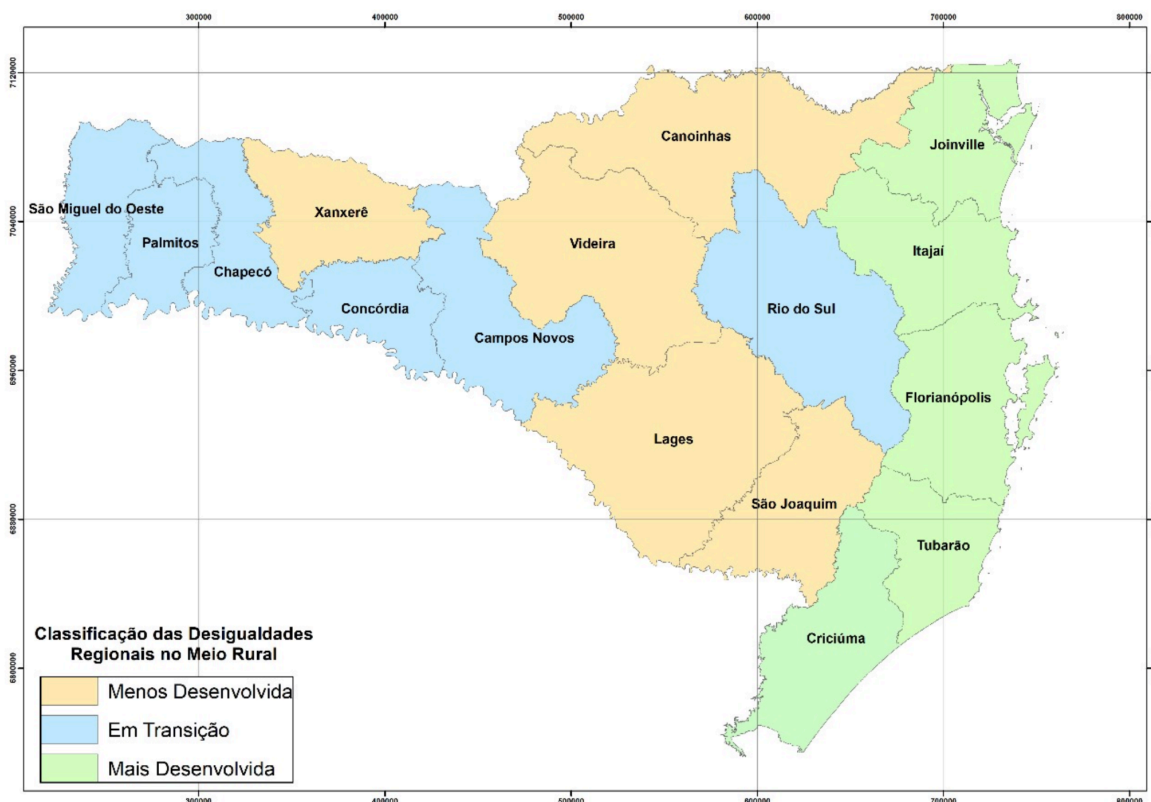


Figura 1. Mapa de classificação socioeconômica das regiões do Estado, considerando o indicador renda domiciliar per capita, por classe de rendimento. Elaboração: Epagri/Cepa.

Além da análise da dimensão socioeconômica, outros diagnósticos serão realizados na preparação do projeto para aprimorar a estratégia das ações previstas. Nas figuras 2 e 3, apresentamos o caminho que será percorrido.

Independentemente da priorização regional e municipal, serão atendidos prioritariamente os seguintes públicos:

- Agricultores e pescadores em condição de extrema pobreza (CadÚnico);
- Mulheres agricultoras e pescadoras;
- Jovens rurais e do mar;
- Comunidades indígenas;
- Comunidades quilombolas;
- Pescadores artesanais.

Figura 2. Fluxo para priorização dos temas estratégicos e planos

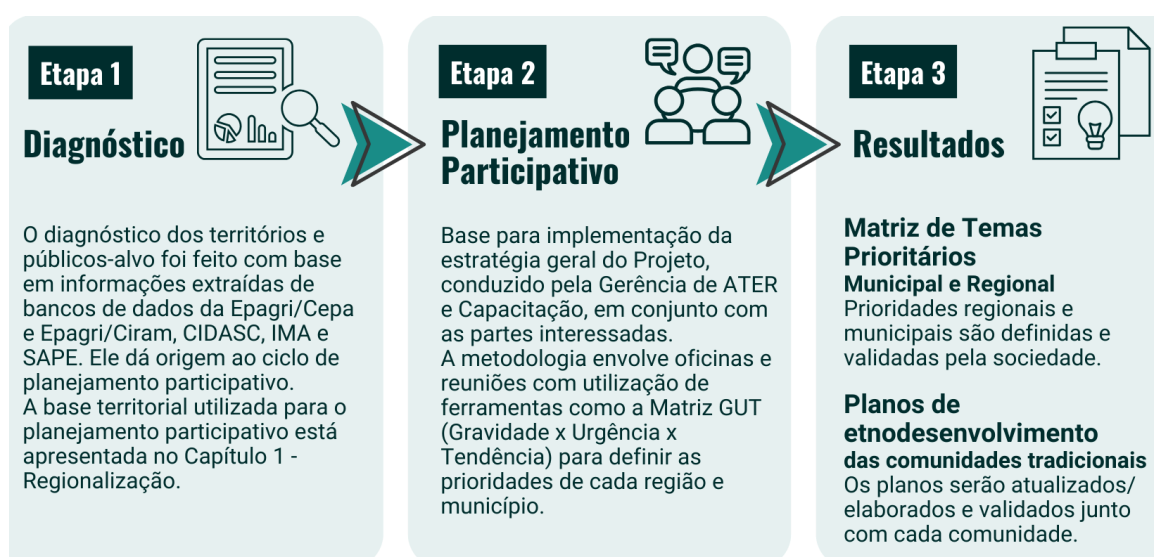
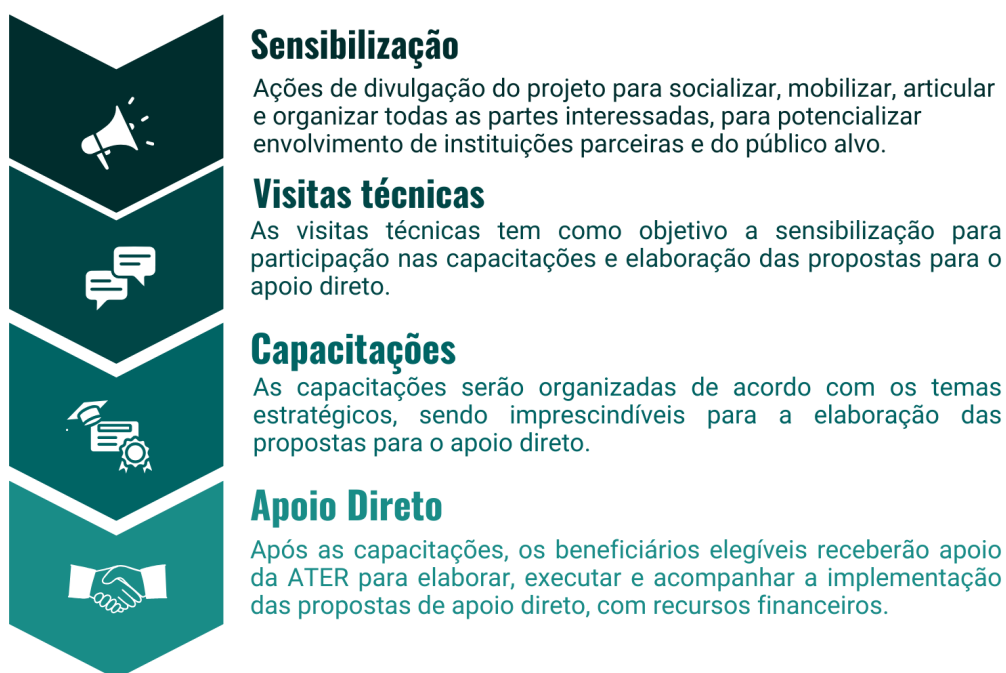


Figura 3. Atuação das equipes nos municípios e comunidades



1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Fomentar o desenvolvimento sustentável do espaço rural e pesqueiro do Estado de Santa Catarina por meio da promoção da competitividade, inovação e inclusão social no contexto de emergência climática.

1.2.2. Objetivos Específicos

- a) Promover a resiliência ambiental e a adaptação das atividades agropecuárias e pesqueiras às mudanças climáticas, por meio do fortalecimento da gestão dos recursos hídricos, da proteção e recuperação da biodiversidade, da adoção de sistemas de produção de baixo impacto ambiental e da regularização ambiental.
- b) Fomentar o incremento de renda e a qualidade de vida dos beneficiários por meio do incentivo ao empreendedorismo, à pesquisa e à inovação, promovendo a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica.
- c) Incrementar a infraestrutura no espaço rural e pesqueiro com a melhoria da conectividade, da logística e da qualidade da energia elétrica, promovendo o desenvolvimento econômico equilibrado, sustentável e inclusivo.

d) Aprimorar a governança das ações institucionais e a prestação de serviços públicos, por meio da otimização de processos e do desenvolvimento e integração de sistemas, viabilizando o monitoramento, gestão e avaliação de políticas públicas, promovendo a transparência dos investimentos e dos resultados alcançados.

A estratégia metodológica para alcançar estes objetivos prevê formas de promoção da competitividade, inovação e inclusão social com redução das desigualdades no contexto de emergência climática. É foco central o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos, a proteção e recuperação da biodiversidade, adoção de sistemas de produção de baixo impacto e regularização ambiental. Concomitantemente, o incentivo ao empreendedorismo, à pesquisa e à inovação com otimização de processos e desenvolvimento e integração de sistemas é uma constante. Por sua vez, são considerados o monitoramento, a gestão e avaliação de políticas públicas no decorrer do Projeto aliados à transparência dos investimentos e resultados alcançados.

2. Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

A Norma Ambiental e Social - Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação das Informações (NAS 10), presente no Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, preconiza a relevância do processo de envolvimento aberto e transparente das partes interessadas no projeto desde o início. Para isso, o objetivo deste plano é garantir uma estratégia para o envolvimento das partes interessadas de modo inclusivo e eficaz em todo o ciclo. Isto envolve a divulgação das informações em nível adequado, a abordagem e metodologias específicas para cada público mapeado. Além disso, os riscos e impactos socioambientais levantados durante a preparação devem estar compreensíveis e acessíveis às partes afetadas. Outro ponto de destaque é garantir um “mecanismo de queixas” seguro e de fácil acesso às partes interessadas durante a implementação e ao final do projeto. Neste aspecto, apresentamos mais à frente a estrutura da Ouvidoria Geral utilizada atualmente pelo Estado.

Além da NAS 10, neste documento, destacamos também a NAS 7 - Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais (povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, caboclos, cafuzos e extrativistas), já que fazem parte do público beneficiário prioritário do projeto. A observância aos seus direitos, expressos de forma robusta na legislação brasileira, é crucial para cumprir os objetivos do projeto e assegurar o envolvimento das partes interessadas.

3. Identificação das Partes Interessadas

3.1. Conceito

As partes interessadas do projeto são definidas como indivíduos, grupos ou organizações que:

- São ou podem ser impactados direta ou indiretamente, positiva ou negativamente (partes afetadas);
- Podem ter interesse e/ou têm o potencial de influenciar o projeto de alguma forma (outras partes interessadas).

As partes interessadas podem ser divididas nas seguintes categorias principais, entre pessoas, grupos e organizações que:

P = Participam na implementação e coordenação do projeto;

ID = Influenciam diretamente a implementação do projeto;

II = Influenciam indiretamente a implementação do projeto;

DA = Diretamente afetados pelos resultados do projeto;

IA = Indiretamente afetados pelos resultados do projeto.

3.2 Partes Interessadas Identificadas

Os quadros 2 e 3 apresentam as Partes Interessadas no Projeto: “Beneficiários” e “Outras partes interessadas”, respectivamente, suas características e relações com o projeto, bem como sua classificação de acordo com a definição no item anterior:

Beneficiários

Beneficiários - Características

Agricultores familiares: Geral; Mulheres; Jovens (DA)

O público geral do Projeto foca-se na Agricultura familiar de Santa Catarina, aí incluídos agricultores e pescadores. Neste contexto amplo, entra um recorte de gênero e geração com ações prioritárias com jovens e mulheres com abordagens diferenciadas, pois se trata de públicos com demandas e dinâmicas diferentes. O ponto em comum é que o trabalho tem como objetivos promover a participação em espaços representativos, incentivar a inserção no mercado, despertar o empoderamento, o exercício da cidadania e o potencial como profissionais e pessoas inseridos na Agricultura Familiar e na pesca artesanal.

A abordagem inicial feita com a família busca evitar confrontos ou conflitos, pois ainda prepondera uma visão de ver o homem como o “chefe” do núcleo familiar, sendo ali que a maior resistência em contribuir com a autonomia de filhos e filhas, e da própria esposa, vem do pai/esposo.

Portanto, é necessário preparo da equipe de ATER e muito diálogo para que se contribua com a ampliação do olhar sobre o fato de que promover as diferentes potencialidades na família não é deixar um dos membros de lado, ou minimizar seu papel, mas buscar que todos caminhem juntos e ganhem mais, tanto em qualidade de vida, quanto em recursos financeiros.

No âmbito das comunidades, após identificar as famílias com as quais se trabalhará se partirá para um contato mais próximo, tanto com visitas quanto com a realização de reuniões orientativas sobre os objetivos, passos e resultados esperados com o trabalho.

Povos Indígenas (DA)

Em torno de 43 mil indígenas habitam a região Sul do Brasil e, aproximadamente, 10.563 mil, de acordo com o Censo de 2022, vivem em Santa Catarina sendo os povos Xokleng, Kaingang e Guarani. O povo Guarani se divide em dois subgrupos: Mbyá e Ñandeva (ou Chiripá). Falam a língua Guarani e pertencem à família linguística Tupi-Guarani e ao tronco linguístico Tupi. Os Kaingang e os Xokleng pertencem ao ramo meridional da família linguística Macro-Jê. Uma característica em comum é que se definiam tradicionalmente como povos da floresta, e têm sua cultura e organização socioeconômica vinculada aos produtos da floresta subtropical Atlântica. Historicamente, a relação entre povos indígenas e sociedade envolvente tem sido tensa. Portanto, é necessário “criar mecanismos de convivência mais adequados do que há hoje em estados pluriétnicos” (SANTOS, 2004) visualizando diferentes possibilidades de trabalhar, pois ao falar em “grupos diferenciados, tradicionais” estamos nos referindo a povos de diferentes territórios e com distintas cosmovisões como indígenas, quilombolas, cafuzos, caboclos. Mesmo dentro do “povo guarani”, há um espectro de possibilidades, pois cada aldeia tem sua organização e lideranças. É preciso conhecer as diferentes situações para identificar a forma mais adequada possível de interagir.

Na memória de trabalho da Epagri com indígenas, já no Microbacias 2, ao se deparar com esta realidade, se optou por manter associações separadas para indígenas e não indígenas frente à constatação de que não há condições para trabalhar conjuntamente devido ao forte preconceito dos segundos em relação aos primeiros, aos conflitos latentes e às diferenças socioculturais e econômicas. Esta diretriz seguiu no SC Rural e será mantida no SC Rural 2.

Em relação às formas de viver, os povos indígenas em Santa Catarina apresentam uma situação fundiária variável. Há terras regularizadas, há as que estão sendo revisadas ou com possibilidade de vir a ser identificadas. As atividades econômicas incluem extrativismo,

agricultura de subsistência e venda do excedente, quando possível, além de comercialização de artesanato, trabalho agrícola temporário, cargos no funcionalismo público com funções dentro das aldeias, como agentes de saúde, professores, merendeiras. Esse quadro é resultado de um processo histórico de exclusão social compartilhado com populações rurais que enfrentam pobreza e, em alguns casos, degradação dos recursos naturais, e precisam buscar formas alternativas de sobrevivência.

Guarani, Kaingang e Xokleng se reconhecem como pertencentes a grupos diferentes, mas que constituem as populações indígenas em Santa Catarina. Querem preservar o direito de ser indígena, continuar a falar suas línguas, a pensar o mundo a partir de sua cultura e de sua cosmovisão, utilizando saber-fazer (CERTEAU, 1996) dos quais são tradicionalmente depositários, porém acessando as benesses da contemporaneidade, como segurança alimentar, mais conforto, acesso à água e saneamento, educação, conectividade.

Quilombolas (DA)

O termo quilombo é usado com muitos sentidos. “A vastidão de significados favorece o seu uso para expressar uma grande quantidade de experiências” (BOAVENTURA LEITE, 1999: 127). Preponderantemente, diz respeito à capacidade organizativa aludindo à terra e à persistência de um grupo através das gerações. Por outro lado, isso traz fragilidades nos processos de reconhecimento. Por exemplo, quando juristas e antropólogos entram em embates, pois os primeiros desejam encontrar um conceito “genérico” enquanto os segundos defendem que é necessário considerar as especificidades históricas e o preconceito que as ronda haja vista que, em algumas áreas do Brasil o termo quilombo foi introduzido também para excluir, estereotipar, referir-se à inferioridade.

Quilombo, por um lado, pode ser entendido como um elemento aglutinador que busca expressar pautas consideradas centrais para promover mudanças necessárias e incluir, de fato, os brasileiros, independentemente da cor, como cidadãos. Por outro lado, vem expressar a urgência da sociedade brasileira reconhecer as diferenças produzidas como raciais ou étnicas. “Chega até os dias atuais para falar de algo ainda por se resolver, por se definir, que é a própria cidadania para estes grupos [...] Vêm a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada.” (BOAVENTURA LEITE, 1999:141).

Para além de uma identidade negra colada ao sujeito ou por uma cultura congelada no tempo, que deve ser tombada pelo patrimônio histórico e exposta à visitação pública, é a noção de coletividade o que efetivamente conduz ao reconhecimento de um direito que foi desconsiderado, de um esforço sem reconhecimento ou resultado, de um lugar tomado pela força e pela violência. Coletividade no sentido de um pleito que é comum a todos, que expressa uma luta identificada e definida num desdobrar cotidiano por uma existência melhor, por respeito e dignidade (BOAVENTURA LEITE, 1999:146).

É interessante recordar que a primeira Lei de Terras produzida no Brasil, em 1850, excluía os

africanos e seus descendentes da categoria “brasileiros” separando-os na categoria “libertos”, o que só vai ser revertido com a Constituição de 1988 que reconhece os negros como brasileiros e os inclui na noção de cidadania brasileira.

Entretanto, do que preconiza a Constituição Federal a uma prática, de fato, inclusiva, respeitosa e desprovida de preconceito, há ainda uma longa distância a ser percorrida. Incluir comunidades quilombolas, mesmo que modestamente, no Programa SC Rural 2 é uma forma de contribuir para que estas populações sejam reconhecidas como cidadãos, acolhidas como pessoas e respeitadas como seres humanos.

Caboclos e Cafuzos (DA)

Nas regiões do Planalto Catarinense, tanto Sul quanto Norte, estão populações caboclas que, se por um lado, contribuíram para manter o ambiente, por outro apresentam índices relevantes de pobreza e baixa autoestima frente a outros povos que são rapidamente identificados quando falamos em projetos de inclusão, como indígenas e quilombolas. No Alto Vale do Itajaí temos uma comunidade cafuzo.

Os cafuzos, ou carafuzos, são vistos como uma mistura entre negro e índio. Por sua vez, o caboclo, ou mameluco, é uma mistura de branco com índio. Podemos dizer que se trata de populações *em devir*, consideradas “quase”; quase brancas, quase negras, uma “mistura”. Por ser mistura, não são classificadas nem brancas, nem negras, nem indígenas. Estas prescindem de inclusão e de um trabalho de valorização cultural.

Pescadores artesanais (DA)

A pesca artesanal é realizada por homens e mulheres no decorrer do Litoral Catarinense, incluindo pescas diversificadas em forma de extrativismo no mar ou em lagoas, como peixe, camarão, siri, berbigão, e/ou cultivo aquático, com destaque para a maricultura. Ligados a colônias de pesca ou sindicatos e, geralmente, desconfiados, os pescadores costumam se organizar em pequenos grupos de acordo com a afinidade familiar ou a amizade, aliado a uma característica essencial que diz respeito a “gostar de trabalhar”.

Associações de produtores (DA)

Os produtores dispõem de diferentes formas organizativas sendo uma delas as associações a partir das quais discutem temas de interesse em comum e buscam formas que facilitem sua posição no mercado, divulgação de produtos e acesso a informações. O principal objetivo é de organização e representatividade, e não comercialização. Muitas são as associações em Santa Catarina com diferentes finalidades e serão foco de trabalho como forma de valorização de processos organizativos. Poderão ser beneficiadas estruturas já existentes ou novas a partir do trabalho de organização com as famílias e com

os produtores.

Cooperativas (DA)

Santa Catarina tem diferentes cooperativas distribuídas em seu território, local em que produtores encontram espaços de organização, união e fortalecimento e venda de seus produtos. Cooperativa é uma sociedade formada por no mínimo 20 pessoas, com objetivos econômicos e sociais comuns. Ela tem forma e natureza jurídica, é gerida de forma participativa e democrática, sendo que os associados a lideram e tem responsabilidade pela gestão e fiscalização. Regido pelo estatuto social onde são normatizadas funções, atos e objetivos, este documento é criado de forma cooperativa e baseado na doutrina, filosofia e em princípios do cooperativismo e legislações específicas (Lei 5.764/1971). A adesão é voluntária e deve seguir o estatuto.

Outras partes interessadas

Outras partes interessadas - Características

Conselhos Municipais (CMDR) (ID/IA)

Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, como fórum de validação, tem como propósito acompanhar, avaliar e validar políticas públicas de interesse para o desenvolvimento municipal.

Governos municipais (II/IA)

Um governo municipal é a menor unidade da Federação cuja figura coordenadora é o prefeito com sua equipe de trabalho. No seu escopo há divisão de poderes entre executivo, cuja figura central é o prefeito e os secretários das pastas, e o legislativo composto pela câmara municipal de vereadores. Tratando-se de uma estrutura de governança, os trabalhos realizados no território do município prescindem da ciência destes poderes, a exemplo da Extensão.

Agroindústrias (DA)

É uma estrutura, individual ou coletiva, que viabiliza agregação de valor a produtos da agricultura e da pesca através de processamento, beneficiamento e transformação, com valor agregado. As agroindústrias familiares constituem-se como estratégia para manutenção de famílias no campo, diversificação e ampliação da renda, conservação de tradições e cultura rural e promotora de desenvolvimento local. É uma forte linha de apoio prevista no escopo do Programa. Poderão ser beneficiadas estruturas já existentes ou novas a partir do trabalho de organização com as famílias e com os produtores, sempre

visando a legalização e colocação nos diferentes mercados.

Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDERURAL) (ID/IA)

O CEDERURAL é o órgão consultivo e deliberativo sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Lei Nº 8.676, de 17 de junho de 1992), vinculado à SAPE, presidido pelo Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária e possui representantes com voto: da Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento; do Sistema Financeiro Estadual; da Secretaria de Estado da Educação; da Secretaria de Estado da Saúde; da Diretoria Federal da Agricultura e Reforma Agrária; do órgão estadual do meio ambiente e conservação dos recursos naturais; do Procon; da Federação dos Trabalhadores na agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC; da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina - FAESC; da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina - FEPESEC; da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC; do Grupo de estudos e Promoção da Agricultura de Grupo em Santa Catarina - CEPAGRO; do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina - MST; da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina ligados ao setor agro-industrial; da Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina; das entidades dos técnicos e profissionais da área.

Conselho Estadual de Povos Indígenas (CEPIN/SC) (ID/IA)

O CEPIN/SC, criado pela Lei nº 16.537 de 23 de dezembro de 2014, é órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo e consultivo, vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS), que conta com a participação dos povos indígenas, da sociedade civil e do Estado. O Cepin-SC tem como finalidade promover políticas públicas que contemplem os povos indígenas do Estado, fomentar a igualdade de direitos desses povos e garantir o exercício da cidadania por meio da participação indígena em atividades políticas, econômicas, sociais e culturais.

Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/SC) (ID/IA)

O CONSEA/SC, instituído pela Lei Nº 12911, de 22 de janeiro de 2004, é um órgão colegiado de caráter consultivo e permanente, vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS), com a finalidade de propor, monitorar e avaliar políticas de combate à fome, baseadas no desenvolvimento sustentável e na agroecologia, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional de toda a população do Estado.

FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) (ID/IA)

A Funai é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas, é a coordenadora e

principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Cabe à Funai promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A Funai também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados. É, ainda, seu papel promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Nesse campo, promove ações de etnodesenvolvimento, conservação e recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e na mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas. Compete também ao órgão estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promover fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.

A atuação da Funai está orientada por diversos princípios, dentre os quais se destaca o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, buscando o alcance da plena autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, contribuindo para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico.

Na região Sul, temos duas Coordenadorias Regionais: 1) Litoral Sul (São José/SC) e 2) Interior Sul (Chapecó), que serão consultadas durante o processo.

Extensionistas (Epagri) (P/ID/DA)

Em cada município de Santa Catarina a Epagri conta com profissionais Extensionistas de seu quadro funcional, cuja missão é contribuir com o desenvolvimento rural/pesqueiro e viabilizar as políticas públicas junto ao público prioritário em cada município. O trabalho é organizado através de projetos participativos elaborados para períodos de 4 em 4 anos, que se desdobram em metas através de planos anuais de atividades. O SC rural será operacionalizado nos municípios, junto aos beneficiários do projeto, através dos extensionistas.

Serviços Técnicos Especializados (comunidades tradicionais) (P/ID/DA)

Para reforçar os serviços de extensão serão contratados serviços técnicos especializados voltados para atuar especificamente com as comunidades tradicionais. Os contratados terão capacitações internas de preparação para desenvolverem as atividades previstas no projeto junto aos beneficiários.

Outros

Podem surgir no decorrer do trabalho em campo.

4. Transparência e Divulgação das Informações Relevantes

4.1. Meios de Comunicação, Divulgação, Envolvimento das Partes Interessadas, Estratégia proposta para divulgação de informações

Após a assinatura oficial do Projeto SC Rural 2 pelo Banco Mundial e Governo do Estado de Santa Catarina, as equipes das instituições executoras farão um cronograma de divulgação nos três níveis: estadual, regional e municipal. Nos municípios, serão realizadas reuniões com autoridades, lideranças e representantes das comunidades para socialização dos objetivos, do público beneficiário, das possibilidades de apoio, regras de acesso e do tempo previsto de execução do Programa, entre outras informações que se considerar necessárias para o bom andamento do mesmo.

A cada final de ano fiscal, as equipes municipais apresentarão os resultados do que foi realizado no ano e as linhas de ação para o ano seguinte, momento que inclui lideranças, autoridades locais, representantes das comunidades e dos grupos de interesse, e demais partes interessadas.

Na metade do Programa, será divulgado um relatório de Meio Termo para conhecimento das ações realizadas e perspectiva temporal do que ainda se deverá realizar até a finalização do Programa.

Quadro 1. Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação

Canal	Meio	Estratégia
SC Rural 2	Site: www.agricultura.sc.gov.br e-mail: scrural@scrural.sc.gov.br	Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas, documentos públicos e estratégia do Projeto. Contato direto com a equipe responsável pelo SC Rural 2.
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)	Site: https://www.cidasc.sc.gov.br/ Redes sociais Instagram: @cidascoficial Youtube: @cidascoficial Facebook: @cidasc.ascom	Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas.
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDERURAL)	Reuniões presenciais/online Site: atas e resoluções https://www2.agricultura.sc.gov.br/arquivos/cederural	Atualização semestral sobre o andamento do projeto.
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de	Site: https://www.epagri.sc.gov.br/ Redes sociais ¹ Instagram: @epagri	Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas.

¹ As redes sociais são importantes canais de comunicação. Um exemplo é o canal da Epagri no Youtube (Epagri Vídeos), com 333 mil inscritos e 1.351 vídeos, que totalizam mais de 43 milhões de visualizações.

Santa Catarina (EPAGRI)	Facebook: @Epagri Youtube: @epagritv Twitter: @EpagriOficial Rádio: Panorama Agrícola Observatório: https://www.observatorioagro.sc.gov.br/ InfoAgro: https://www.infoagro.sc.gov.br/ Escritórios municipais ²	
Instituto do Meio Ambiente (IMA)	Site: https://www.ima.sc.gov.br/	Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas.
Ouvidoria Geral do Estado (Casa Civil - SCC)	Site: www.ouvidoria.sc.gov.br e-mail: ouvidoria@ouvidoria.sc.gov.br telefone: 0800-644-8500	Contato por meio de abertura de chamado no sistema da Ouvidoria Geral do Estado que pode ser feito pelo site.
Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAPE)	Site: https://www.agricultura.sc.gov.br/ Redes sociais Instagram: @agricultura.sc Youtube: @agriculturasc	Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas.
Secretaria de Estado da Aquicultura e Pesca (SAQ)	Site: https://www.saq.sc.gov.br/	Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas.
Agência de Notícias (Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM)	Site de notícias do Governo do Estado de SC: https://estado.sc.gov.br/noticias/	Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas.
Projeta SC (Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN)	Site: https://www.projeta.sc.gov.br	Acompanhamento do Programa por meio do portal público (Projeta SC) que contém os projetos em andamento no Governo do Estado de Santa Catarina. Os principais marcos do SC Rural 2 podem ser acompanhados neste site.
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE)	Site: https://www.sie.sc.gov.br/ Instagram: @infraestruturasc	Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas.

² Os endereços dos escritórios municipais da Epagri podem ser encontrados no site: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/a-epagri/unidades/escritorios-municipais/>.

5. Estratégia de Envolvimento das Partes Interessadas

5.1. Antecedentes e Atividades de Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas Realizadas durante a Preparação do Projeto

A preparação do projeto considerou diversos aspectos e documentos relacionados a demandas manifestadas ao final do SC Rural, em seminários de prospecção, que visavam avaliar o projeto encerrado e mapear problemas para uma possível continuidade do SC Rural.

Os seminários de prospecção foram realizados em diferentes locais, sendo: dez eventos regionais - um por Secretaria Executiva Regional; dois eventos regionais para área da pesca e aquíicultura (litoral sul e litoral centro norte) e um evento com entidades de representação estadual. Cada evento contou com a participação de 30 a 40 pessoas, pertencentes aos segmentos: organizações apoiadas pelo programa, organizações não apoiadas, jovens, universidades regionais, sindicatos (STR e SR), executoras, municípios (associações), Rede atacadista (Acats), SDRs – Comitês de Agricultura, Indústrias ligadas ao setor, cooperativas, Ceasa, Sebrae, Senar e empreendimentos de turismo.

Com o fim do SC Rural, foi estabelecido um grupo técnico para elaboração de uma proposta de captação de recursos para continuidade e ampliação do escopo das ações. No entanto, o Estado de Santa Catarina estava impossibilitado de obter novos empréstimos internacionais por não atender a dois requisitos definidos pela União, a nota mínima da Capacidade de Pagamento (CAPAG) e o percentual mínimo de aplicação dos recursos em educação. Esta situação foi resolvida no final de 2021. Por motivos estratégicos, o Governo do Estado optou por não apresentar proposta em 2022, sendo um ano eleitoral, nem em 2023, pois foi priorizado um projeto de infraestrutura aprovado na Cofix em dezembro. Contudo, ao final de 2023 foi realizada a revisão e atualização da proposta elaborada anteriormente, para sua apresentação em 2024.

Com a retomada da proposta após quase 10 anos do SC Rural 1, o Grupo de Trabalho composto por representantes de diversas instituições (SAPE, CIDASC, EPAGRI, IMA, SAQ, SEF, SEPLAN) vem, desde 2023, realizando reuniões para elaboração conjunta do projeto atual. Essa construção colaborativa levou em consideração alguns documentos estratégicos, dentre eles o Roadmap Estratégico Integrado - Desenvolvimento Ecosistêmico Regional, Territorial e Setorial do Agronegócio de Santa Catarina (2021), construído conjuntamente com a Secretaria, as empresas vinculadas (CEASA, CIDASC, EPAGRI), FIESC, IEL e apoio do iCasa. O Roadmap contou com a participação de diversos atores, inclusive da sociedade civil, que, por meio de workshops, priorizaram temas a serem desenvolvidos no setor e elencaram 9 fatores estruturantes: (i) infraestrutura, (ii) associativismo, (iii) geração e gênero, (iv) ambiental, (v) tecnologia e inovação, (vi) gestão pública, (vii) diversificação e agregação de valor, (viii) redução de desigualdade social e regional e (ix) ambiente de negócios. Tais fatores foram incorporados, em maior ou menor grau, no projeto SC Rural 2, assim como as problemáticas

apontadas e priorizadas nos seminários de prospecção realizados entre 2015 e 2016, ao final do SC Rural.

Povos tradicionais - indígenas e quilombolas

Como preparação ao Projeto foi realizada reunião *on-line* com técnicos que atuam com povos indígenas e quilombolas com intuito de escutá-los sobre a forma mais adequada de atuar com os mesmos e se teria continuidade a metodologia trabalhada nas experiências anteriores que tinha o Plano de Desenvolvimento como referência para as ações a serem realizadas em campo. A partir deste momento acordamos que, em relação à preparação do projeto, serão realizadas no primeiro ano reuniões com caciques, lideranças e representantes das comunidades para explicar o que é o projeto, identificar se há interesse genuíno em participar e quais as prioridades. Nas Terras Indígenas trabalhadas desde o Microbacias 2 revisaremos com a respectiva aldeia seu plano, visão de futuro, objetivos, para averiguar se mantém ou se desejam fazer alterações. O passo seguinte é definir suas prioridades para compor as propostas futuras.

Durante o Projeto, a expectativa é avançar no trabalho com indígenas e quilombolas a partir de sugestões dos indígenas coletadas nos últimos anos em relação a:

- **Melhoria das parcerias:** é recomendável que as instituições discutam as ações visando não sobrepor atividades. O grande desafio é aliar diferentes calendários, objetivos e liberação de recursos das instituições;
- **Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):** uma das demandas centrais destas populações é dispor de alimento em quantidade e qualidade visando ser autossustentável;
- **ATER fortalecida:** é central dispor de equipes para atuar com estes povos em suas muitas demandas e contribuir com o que denominam de “autossustentação”;
- **Autogestão e cogestão:** desde o início é necessário um diálogo continuado para esclarecer as responsabilidades de técnicos e populações em uma gestão compartilhada, compromissada, dividida, em que todos têm sua importância e seu papel no processo que se quer participativo e de respeito às diferenças;
- **Apoiar publicação de material didático:** é uma forma muito positiva de atender uma demanda focada em divulgar e valorizar a diversidade sociocultural de Santa Catarina;
- **Desburocratização de processos:** tem como propósito agilizar os cronogramas estabelecidos evitando atrasos que venham a prejudicar os objetivos e alcances definidos;
- **Capacitação:** deverá ocorrer em duas frentes. Uma focada nos beneficiários contribuindo com a melhoria da qualidade de vida a partir dos temas priorizados e acesso a diferentes experiências, promovendo viagens educativas, entre outras possibilidades. A segunda voltada aos técnicos com objetivo de fornecer subsídios para melhor atuar com estas populações que têm distintas cosmovisões, ritmos e objetivos;

- **Educação Ambiental e tecnologias sociais de baixo custo:** com foco em recuperar e preservar o ambiente, reservar água, implantar sistemas de baixo custo para captação energética, entre outros, as ações incluem escolas e comunidades com incentivo, respeito e valorização das especificidades socioculturais dessas populações;
- **Pesquisa:** central no que se refere a identificar potenciais locais na produção de alimentos com sustentabilidade, questões ambientais como erosão, qualidade e disponibilidade da água, reposição da mata ciliar, entre outros;
- **Renda:** buscar, a partir da construção coletiva de saberes (beneficiários e técnicos), alternativa de diversificação de renda para as comunidades trabalhadas e possibilidades de mercado, como produtos com identidade cultural, etnoturismo, inovação, entre outros.

Dadas às características que devem conferir flexibilidade à execução do Projeto, questões particulares e/ou não previstas serão adequadas no decorrer do mesmo em função das características sociocultural e organizacional de cada comunidade. A flexibilidade é preconizada como uma característica fundamental, pois não se pode, de antemão, determinar passos, momentos, técnicas, sem a construção e a participação dos atores sociais envolvidos. Mudanças são necessárias frente a fatores imprevisíveis no momento da escrita, mas que se mostram quando a equipe vai a campo. Muito será acrescentado, modificado e construído em conjunto com populações e instituições.

5.3. Mapeamento Detalhado das Necessidades Especiais para o Envolvimento de Grupos Sociais Vulnerabilizados, Povos Indígenas, Quilombolas e Tradicionais das Áreas de Intervenção Pré-Selecionadas

Dentre as populações tradicionais terão atendimento prioritário povos indígenas e comunidades quilombolas cujas terras estejam legalizadas. Afora estes, são público do Projeto pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em que se incluem cafuzos, caboclos, agricultores familiares, pescadores artesanais, identificados a partir de indicadores sociais como o CadÚnico. Para as ações em campo serem executadas, é vital ampliar as equipes de trabalho nos municípios que atendem este público, bem como investir em qualificação continuada dos técnicos. Dentro da SEE deverá ser previsto um profissional para coordenar, supervisionar e monitorar as atividades em campo com estas populações, de forma integrada com a Epagri, responsável pela ATER, e demais instituições parceiras.

As diferentes instituições e entidades que atuam com estas populações, seja em nível municipal, estadual ou federal, são possíveis parceiras de trabalho e têm contribuições para se alcançar os objetivos do Projeto lembrando que as populações indígenas avaliaram no decorrer do Microbacias 2 que o exercício de parcerias precisa avançar no que concerne a

compatibilizar agendas e recursos visando não ter duplicidade de ações por um lado ou áreas sem atendimento, por outro.

É interessante rememorar que a metodologia construída no Microbacias 2 e continuada no SC Rural preconiza a participação efetiva e o respeito a estas populações tendo a flexibilidade como pressuposto básico com ações que incluem aspectos ligados ao social, ao econômico, ao ambiental, à inovação e à inclusão, pois se está inserindo povos tradicionais em uma ação promovida pela sociedade abrangente, na figura do Estado.

Focando na proposta do SC Rural 2, além de populações indígenas, tem-se a inclusão de comunidades quilombolas, o que amplia o escopo de trabalho, porém seguindo o pressuposto metodológico adotado nas experiências anteriores, que diz respeito a considerar peculiaridades, olhar endógeno, diferentes cosmovisões e prioridades das comunidades respeitando-as como atores centrais em seus processos de etnodesenvolvimento. Imbui-se aí dois exercícios indispensáveis. O primeiro diz respeito a um exercício “anti etnocentrismo” do corpo técnico, pois o que este considera “bom”, no olhar da comunidade pode não ser a prioridade escolhida. Outro fator é o exercício de um diálogo baseado no respeito mútuo considerando valores e preceitos culturais, tanto de técnicos quanto de populações, acolhimento de formas tradicionais de organização bem como a representação efetiva e legítima, posições e demandas acolhidas nas diversas instâncias do Projeto.

5.4. Consulta da Proposta Preliminar do PEPI

Consulta pública no site da SAPE e co-executoras

Assim que finalizada, a proposta preliminar do PEPI será publicada no site da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAPE) e divulgada pelas co-executoras do projeto e ficará disponível para consulta e contribuições durante o período de 30 dias. Ao final desse período, as contribuições ao texto serão analisadas e respondidas pela equipe responsável pelo projeto e, posteriormente, publicadas, indicando no arquivo de resposta se a contribuição foi incorporada (total ou parcialmente) ao documento, com a respectiva justificativa.

Consultas com órgãos e conselhos representativos

Além disso, serão realizadas reuniões de apresentação do projeto e do PEPI, abertas a contribuições, com os seguintes órgãos/conselhos/movimentos representativos: FUNAI, CEPIN/SC, CONSEA/SC, MNU/SC e CEDERURAL. As atas das reuniões serão publicadas no site da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária bem como nos sites das demais coexecutoras do projeto.

- **CEPIN/SC:** o projeto e o PEPI foram apresentados em reunião do Conselho Estadual dos Povos Indígenas de Santa Catarina.

- **CONSEA/SC:** o projeto foi apresentado em reunião do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina e será apresentado, com momento para dúvidas, na próxima plenária ordinária do Conselho.
- **FUNAI:** foram realizadas reuniões presenciais com as duas Coordenações Regionais localizadas em Santa Catarina, que abrange povos indígenas dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina:
 - CR Litoral Sul, localizada no município de São José (SC), atua junto aos povos Guarani e Xokleng.
 - CR Interior Sul, localizada no município de Chapecó (SC), atua junto aos povos indígenas Kaingang, Guarani e Xokleng.
- **Movimento Negro Unificado (MNU) e Comunidades Quilombolas:** foram realizadas reuniões junto a representantes do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU/SC) e lideranças das comunidades quilombolas que são potenciais beneficiárias do Projeto.
- **CEDERURAL:** a apresentação do projeto e do PEPI foi realizada em reunião ordinária do Conselho, para consulta e recebimento de contribuições. São integrantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (Art. 6º da Lei Nº 8.676/1992 - Política Estadual de Desenvolvimento Rural)³: o Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária; dois representantes da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária; um representante da Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento; um representante do Sistema Financeiro Estadual; um representante da Secretaria de Estado da Educação; um representante da Secretaria de Estado da Saúde; um representante da Diretoria Federal da Agricultura e Reforma Agrária; um representante do órgão estadual do meio ambiente e conservação dos recursos naturais; um representante do Procon; um representante da Federação dos Trabalhadores na agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC; um representante da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina - FAESC; um representante da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina - FEPESC; um representante da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC; um representante do Grupo de estudos e Promoção da Agricultura de Grupo em Santa Catarina - CEPACRO; um representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina - MST; um representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina ligados ao setor agro-industrial; um representante da Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina; um representante das entidades dos técnicos e profissionais da área.

Assim, espera-se que seja feita uma ampla consulta junto à sociedade, entidades representativas e órgãos governamentais para o aprimoramento desta proposta preliminar do

³ Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1992/8676_1992_Lei.html.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI). Tal consulta objetiva responder a três questões básicas:

- a) A estratégia de divulgação proposta é adequada?
- b) A estratégia de envolvimento com as partes interessadas é adequada?
- c) Que outras ações ou atividades deveriam ser consideradas?

Para isso, está sendo proposto o seguinte cronograma:

Quadro 2. Cronograma de Consulta da Proposta Preliminar do PEPI

Parte interessada	Meio de consulta	Data
Todas as partes interessadas	Publicação da proposta preliminar do PEPI no site da Secretaria de Agricultura e Pecuária (SAPE).	21/08/2024
	Período para recebimento de contribuições por meio de formulário eletrônico (Google Forms).	21/08/2024 - 28/02/2025
CEDERURAL	Reunião para apresentação do projeto e da proposta preliminar do PEPI.	02/09/2024
FUNAI (CR Litoral Sul-São José)	Reunião presencial para apresentação do projeto e da proposta preliminar do PEPI.	05/09/2024
FUNAI (CR Interior Sul-Chapecó)	Reunião presencial/híbrida para apresentação do projeto e da proposta preliminar do PEPI.	10/09/2024
Conselho Estadual dos Povos Indígenas CEPIN/SC	Reunião para apresentação do projeto e da proposta preliminar do PEPI.	06/12/2024
Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/SC)	Apresentação do Projeto SC Rural 2 durante a plenária do CONSEA.	10/12/2025 e 28/04/2026
Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC)	Reunião híbrida para apresentação do Projeto SC Rural 2 com as lideranças indígenas do Estado.	11/12/2025
Todas as partes interessadas	Período de análise das contribuições da consulta.	03/03/2025 - 31/12/2025
	Publicação da planilha com as respostas da consulta no site da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAPE).	31/03/2026
	Publicação do PEPI (versão final) no site da Secretaria e co-executoras.	31/03/2026

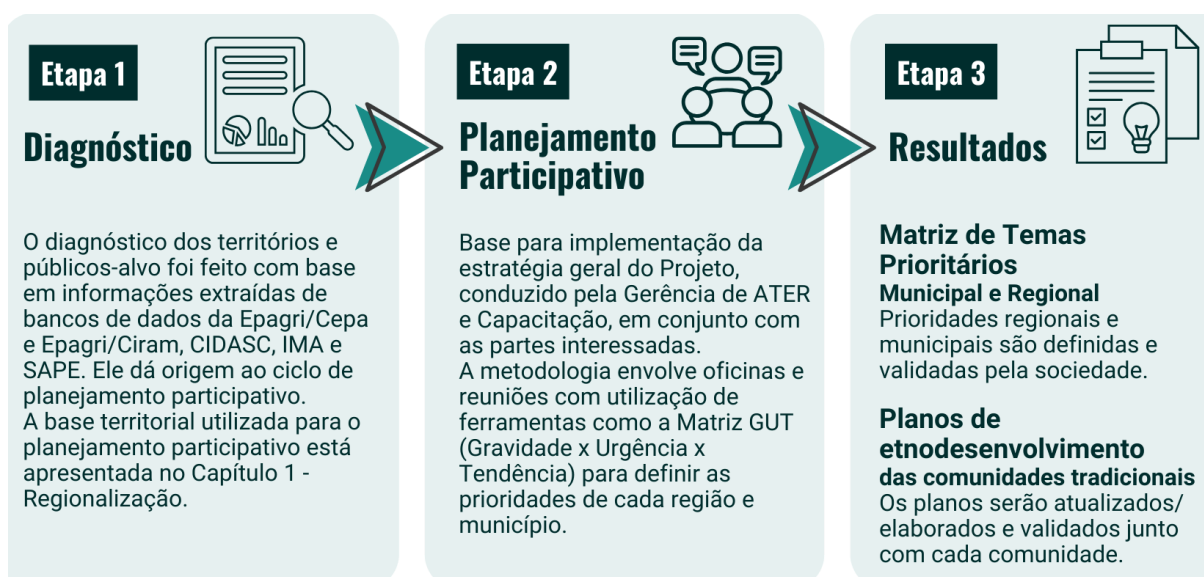
5.5. Proposta Preliminar para o Envolvimento das Partes Interessadas durante a Implementação do Projeto

O SC Rural 2, tendo como premissa básica a ampla participação dos beneficiários no planejamento, execução e monitoramento, elaborou um plano de envolvimento das partes interessadas - PEPI (Anexo III), o qual define metodologia e estratégia para buscar a participação de todos os atores envolvidos com o Projeto.

O trabalho de envolvimento das partes interessadas é desenvolvido desde o momento de preparação do projeto, que inclui a etapa do Planejamento Participativo, sendo esta uma ferramenta fundamental para o engajamento das partes interessadas, sobretudo do público-alvo e potenciais beneficiários. O Planejamento Participativo é a base para implementação da estratégia geral do Projeto e é conduzido pela Gerência de ATER e Capacitação, em conjunto com as partes interessadas, definindo as prioridades para cada região e município do estado.

Antes do Planejamento Participativo, foi realizado um diagnóstico dos territórios e públicos-alvo, com dados secundários extraídos de bancos de dados da Epagri/Cepa e Epagri/Ciram, CIDASC, IMA e SAPE. O diagnóstico dá origem ao ciclo de planejamento participativo regional e municipal, que visa problematizar, definir a matriz de temas prioritários e setorizar os beneficiários. A base territorial utilizada para o trabalho de diagnóstico e planejamento participativo foi o mapa do estado dividido em 16 regiões de atuação do projeto, conforme apresentado no Capítulo 1 - Regionalização do MOP.

Figura 4. Planejamento Participativo



Estratégia - Público Geral

Figura 5. Fluxo do envolvimento das partes interessadas durante a implementação do projeto (público-alvo geral)



Descrição das etapas:

1. Sensibilização e capacitação do corpo técnico e gerencial das executoras.
2. Divulgação do projeto nas diversas instâncias: regional, estadual e municipal.
3. Identificação e sensibilização de participantes institucionais e lideranças a nível municipal.
4. Composição dos CCR e CCM: formação das instâncias de governança regional e local.
5. Diagnóstico e Planejamento Participativo: matrizes de prioridades construídas participativamente.
6. Validação do Diagnóstico e da Matriz de prioridades.
7. Atividades de ATER com comunidades, grupos e famílias.

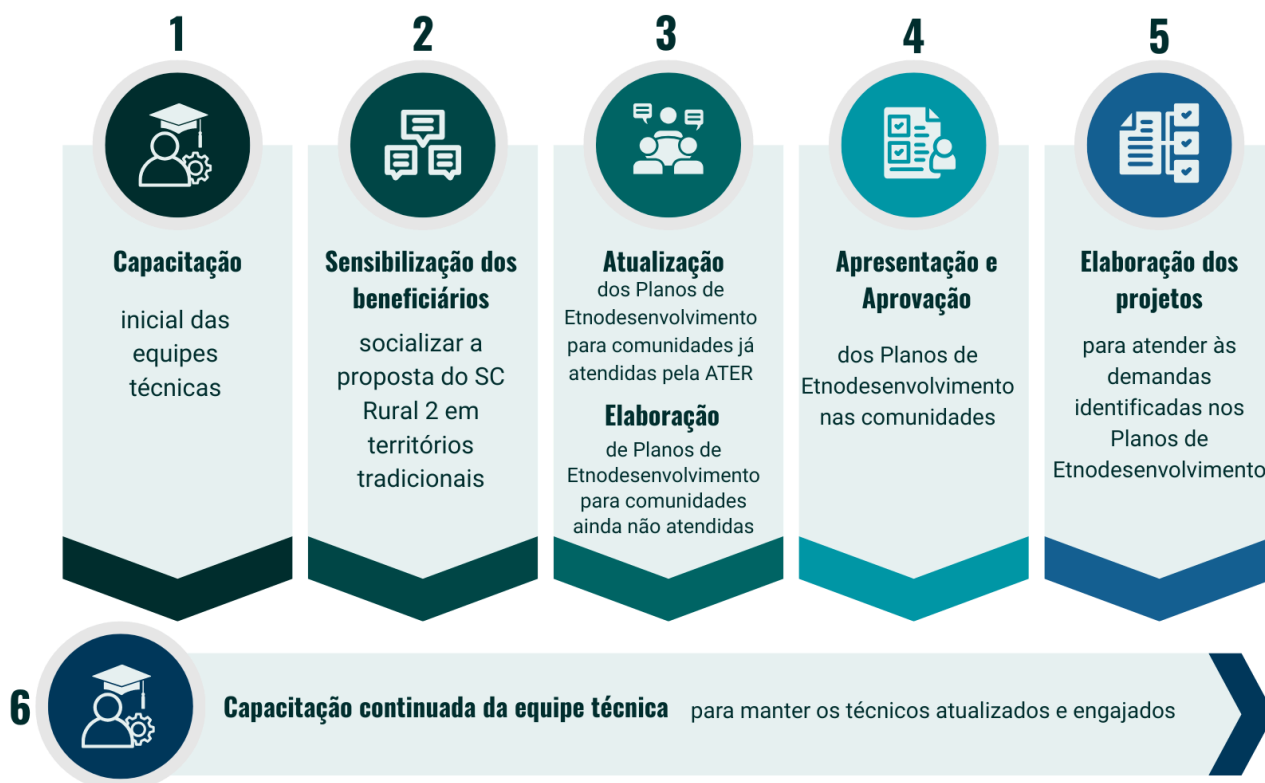
Estratégia - Povos Tradicionais

Esta proposta tem como objetivo promover a participação efetiva das populações beneficiárias, entre as quais as reconhecidas como “tradicionais” do ponto de vista sociocultural, como indígenas, quilombolas, caboclos, buscando responder algumas de suas demandas com uma ação comprometida e qualificada. Para tanto, os beneficiários estarão envolvidos nos processos de planejamento, gestão, execução, monitoramento e avaliação das ações por meio dos fóruns pertinentes em uma relação de respeito a distintas cosmovisões.

As populações tradicionais serão beneficiadas pelo Projeto na medida em que suas áreas estiverem sem conflitos fundiários e legalizadas visando garantir a segurança dos envolvidos.

O Projeto reconhece que cada território tem sua organização sociocultural diferenciada. Portanto, seguirá seus princípios básicos, porém considerando as organizações existentes, respeitando sua representatividade e minimizando a burocracia para liberar recursos.

Figura 6. Fluxo do envolvimento das partes interessadas durante a implementação do projeto (povos tradicionais).



Etapas:

1. Capacitação inicial das equipes técnicas
2. Sensibilização dos beneficiários: socializar a proposta do SC Rural 2 em territórios tradicionais.
- 3.a. Atualização dos Planos de Etnodesenvolvimento para comunidades já atendidas pela ATER
- 3.b. Elaboração de Planos de Etnodesenvolvimento para comunidades ainda não atendidas.
4. Apresentação e aprovação dos Planos de Etnodesenvolvimento nas comunidades.
5. Elaboração dos projetos para atender às demandas identificadas nos Planos de Etnodesenvolvimento.
6. Capacitação continuada da equipe técnica.

6. Resposta e Resolução de Queixas

6.1. Publicização

A Ouvidoria Geral do Estado é hoje o principal canal de comunicação para que qualquer cidadão registre manifestações (reclamações, denúncias, solicitações, elogios ou sugestões) sobre as políticas públicas, serviços e ações do Estado. É possível ter acesso através dos sites dos órgãos públicos do executivo estadual, empresas públicas e fundações, bem como em QRCodes em materiais impressos e afixados em prédios públicos direcionando para o site, a exemplo do Programa de Prevenção Assédio Sexual no Ambiente de Trabalho, de responsabilidade da Controladoria-Geral do Estado (CGE).

Além do que já é realizado em termos de divulgação, os sites e as unidades físicas das coexecutoras e seus respectivos escritórios locais farão a publicização do principal canal de relacionamento do projeto SC Rural 2, que será a Ouvidoria Geral do Estado (site, telefone 0800 e e-mail), cujo funcionamento está descrito nos tópicos a seguir.

6.2. Descrição do Mecanismo de Atendimento e Resposta a Queixas (MARQ)

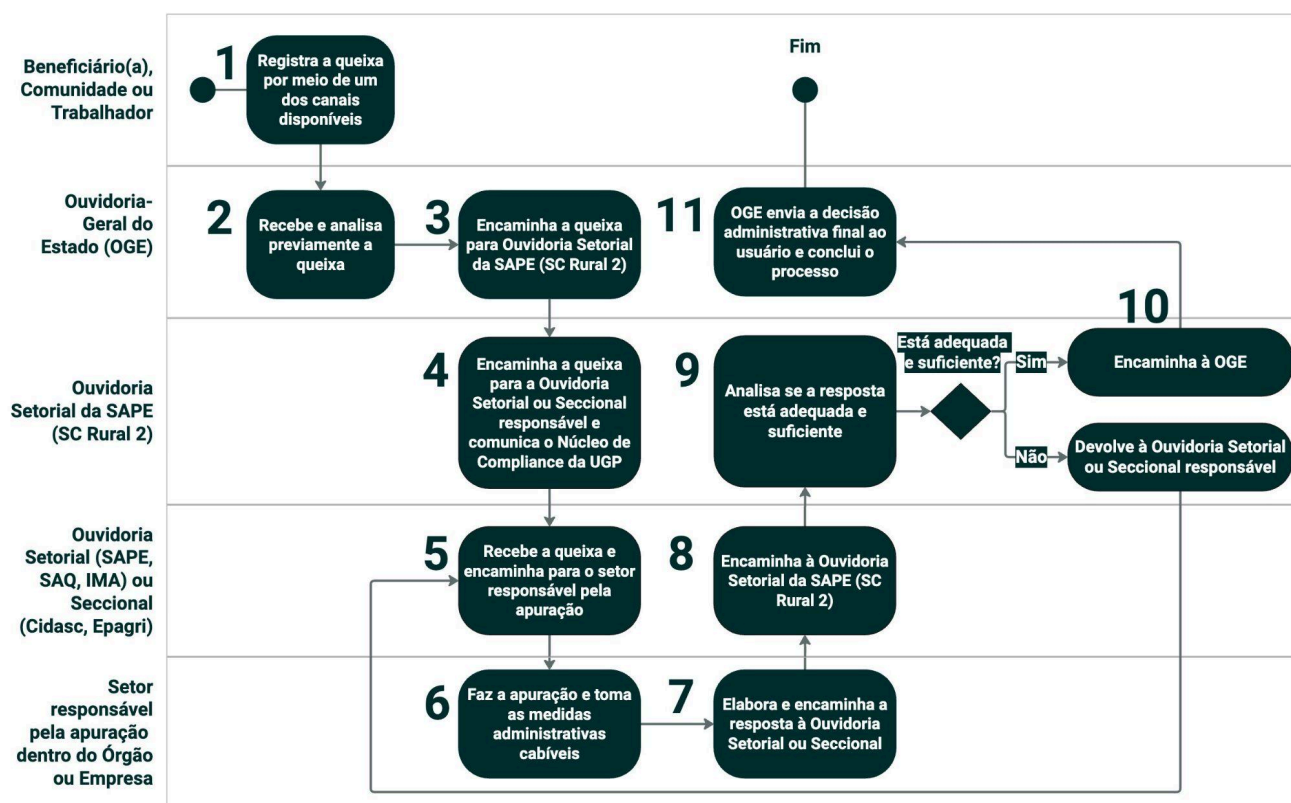
O sistema utilizado pela SAPE/DESC se chama Sistema Integrado de Ouvidorias. A Ouvidoria é um serviço disponibilizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina como um canal de comunicação e participação social e tem por finalidade receber, encaminhar, acompanhar e responder ao cidadão suas manifestações de denúncias, elogios, reclamações, solicitações de providências e sugestões para os órgãos e/ou entidades públicas estaduais.

Os registros são feitos através do site da Ouvidoria Geral do Estado (OGE), onde se realiza o primeiro filtro e, posteriormente, são encaminhados às secretarias pertinentes. Na SAPE, recebemos os registros relativos à Secretaria da Agricultura e Pecuária (SAPE), Secretaria da Aquicultura e Pesca (SAQ), CIDASC, CEASA e EPAGRI. Os registros das empresas vinculadas à SAQ são encaminhados através do próprio sistema de ouvidoria e monitorados pela Ouvidora da SAPE, que avalia as respostas e encaminha de volta à Ouvidoria Geral do Estado, para que esta disponibilize ao cidadão solicitante.

Para a execução do SC Rural 2, foi criada uma opção “SC Rural 2” no menu disponível no sistema da Ouvidoria. Assim como as solicitações direcionadas à SAPE referentes à CEASA, CIDASC e EPAGRI, as solicitações referentes ao Projeto SC Rural 2 serão encaminhadas às Ouvidorias da Unidade Gestora e Implementadoras (SAPE, Epagri e Cidasc).

O fluxo de reclamações, denúncias, elogios e solicitações está sistematizado abaixo:

Figura 7. Fluxo do Mecanismo de Atendimento e Resposta a Queixas (MARQ) Comunitário



Etapas do Fluxo (MARQ) para Beneficiários, Comunidades e Trabalhadores

1. Beneficiário, comunidade ou trabalhador faz a denúncia/queixa por meio de um dos canais disponíveis, que pode ser pessoal, por telefone ou site (independentemente do canal de entrada, a queixa é sempre registrada no Sistema Unificado da Ouvidoria-Geral do Estado);
2. Recebimento da denúncia/queixa pelo Sistema e análise prévia (triagem) pela Ouvidoria-Geral do Estado (OGE);
3. A Ouvidoria-Geral encaminha a denúncia/queixa à Ouvidoria Setorial da SAPE (SC Rural 2) pelo Sistema Unificado;
4. A Ouvidoria Setorial da SAPE (SC Rural 2) encaminha a queixa para a Ouvidoria Setorial ou Seccional responsável via Sistema Unificado da Ouvidoria-Geral e comunica o Núcleo de Compliance da UGP por e-mail;
5. Ouvidoria Setorial ou Seccional recebe a denúncia/queixa pelo Sistema Unificado e encaminha por e-mail ao setor responsável pela apuração;
6. O setor responsável pela apuração dentro do Órgão faz a apuração e toma as medidas cabíveis;
7. O setor responsável pela apuração dentro do Órgão elabora e encaminha a resposta conclusiva⁴ à Ouvidoria Setorial ou Seccional;

⁴ Entende-se por conclusiva a resposta que contenha informação sobre o seu encaminhamento aos órgãos apuratórios competentes, sobre os procedimentos a serem adotados e respectivo número que identifique a

8. A Ouvidoria Setorial ou Seccional encaminha à Ouvidoria da SAPE (SC Rural 2)
9. A Ouvidoria da SAPE (SC Rural 2) analisa se a resposta está adequada e suficiente;
10. Caso esteja adequada e suficiente, encaminha à OGE pelo Sistema Unificado, e, caso não esteja, devolve à Ouvidoria setorial ou seccional responsável;
11. A OGE envia a decisão administrativa final ao usuário (pessoa sobrevivente) e conclui o processo.

Quadro 3. Canais de Recebimento de Reclamações

Mecanismo de Recebimento	Canal
Site da Ouvidoria Geral do Estado	Sistema da Ouvidoria Geral do Estado: https://www.ouvidoria.sc.gov.br/
E-mail da Ouvidoria Geral do Estado	ouvidoria@ouvidoria.sc.gov.br
Telefone da Ouvidoria Geral do Estado	0800-644-8500 (das 13h às 19h, dias úteis)

6.3. Processo de Gestão e Monitoramento

As etapas do processo para solicitações via Ouvidoria Geral do Estado estão descritas abaixo:

Etapa 1 – Iniciar a Manifestação

Ao acessar o sistema eletrônico de ouvidoria (www.ouvidoria.sc.gov.br), você deverá selecionar a “Opção 1 – Novo Atendimento” e escolher qual tipo de manifestação deseja realizar (denúncia, reclamação, solicitação de providências, sugestão ou elogio). Em seguida você deverá relatar de forma clara e objetiva sua manifestação.

Etapa 1.1 – Identificar-se

A identificação é realizada na mesma página em que sua manifestação foi registrada. Nesta página você poderá escolher três formas de identificação:

- a) Desejo anonimato: Os dados informados neste formulário serão usados exclusivamente para fins estatísticos e envio de resposta por e-mail. Caso informe o e-mail, tenha certeza de que ele não compromete o seu anonimato.
- b) Desejo sigilo dos dados que me identificam: Os dados informados serão mantidos sob sigilo pela Ouvidoria durante o processo de análise e resposta da sua manifestação. Para garantir o sigilo, não coloque seu nome no teor da manifestação ou em qualquer outro lugar, além desta tela de identificação.

denúncia junto ao órgão apuratório, ou sobre o seu arquivamento. Orientação Técnica CGE nº 02/2023 - Tratamento das Manifestações de Ouvidoria.

c) Vou me identificar.

Não esqueça de cadastrar um e-mail válido, pois será através do e-mail cadastrado que o Poder Executivo Estadual irá se comunicar com você.

Etapa 2 – Monitoramento da Manifestação

O sistema eletrônico de ouvidoria possibilita duas formas para o usuário monitorar o tratamento de sua manifestação:

a) E-mail: os usuários que informaram e-mail válido durante o processo de registro da manifestação receberão automaticamente a resposta por e-mail.

b) Não informou e-mail: os usuários que não informaram e-mail poderão monitorar a resposta de sua manifestação acessando a “Opção 2 – Consultar Atendimento”. Para isso basta informar o número do Atendimento e a Chave da Consulta gerada ao final do registro da manifestação (Etapa 1).

A Ouvidoria da SAPE monitora as respostas tanto dos setores internos à Secretaria quanto das empresas vinculadas (CEASA, CIDASC e EPAGRI) e, como já mencionado anteriormente, também avalia as respostas antes de encaminhá-las à Ouvidoria Geral do Estado para respondê-las aos cidadãos solicitantes.

6.4. Prazo de Resposta

O prazo de resposta segue o padrão do sistema da Ouvidoria Geral do Estado, que é de até 30 dias, podendo ser prorrogável por mais 30 dias, mediante justificativa.

6.5. Recursos e Avaliação do Manifestante

Durante e ao final do SC Rural 2, será realizada uma avaliação dos serviços prestados aos beneficiários por meio de pesquisa de satisfação, crucial para o aprimoramento de políticas e atendimentos realizados pelo Estado no âmbito do projeto. Os recursos dessa atividade estão previstos no Componente 3 - Fortalecimento Institucional, Ampliação de políticas e programas inovadores de apoio e Gestão do Projeto.

6.6. Análise do Funcionamento do Mecanismo

A ouvidoria da SAPE publica anualmente em seu site um relatório de gestão com as informações advindas dos canais disponibilizados pelo Estado através do site eletrônico, do telefone 0800 e do e-mail. Segundo o relatório de gestão, a SAPE recebeu 633 atendimentos em 2023, sendo que a maior parte das demandas atendidas foram solicitações⁵ de informações, documentos e providências (70,7%), enquanto que reclamações representaram

⁵ Com base no art. 8º do Decreto Estadual nº 1.933/2022, a tipificação “solicitação” é o requerimento de adoção de providência por parte da Administração Pública Estadual.

12,3%, denúncias 16,2% e elogios 0,15%. Destas, 600 foram concluídas dentro do prazo legal, o que representa 94,8%. A maior parte dos registros (93,22%) foi feito pela internet (site da Ouvidoria).

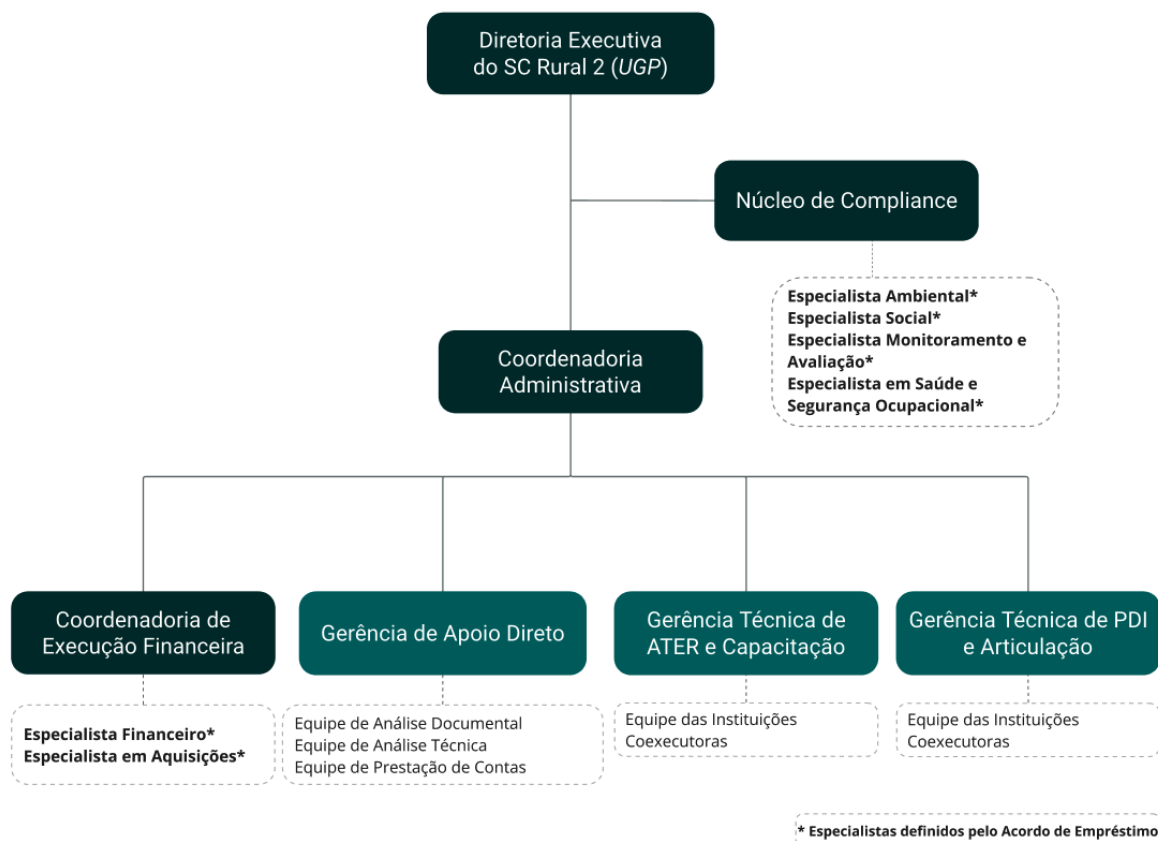
Estes dados demonstram que, em geral, a ouvidoria da SAPE consegue manter um padrão de atendimento com conclusão das demandas dentro do prazo estabelecido. Também cabe salientar a importância da divulgação do site eletrônico como um dos canais de comunicação, pelo número de registros.

7. Arranjos institucionais para implementação do Plano

7.1. Funções e responsabilidades de gestão

As funções e responsabilidades de gestão estão determinadas de acordo com a proposta de organograma da Diretoria Executiva de Estado do SC Rural (SAPE/DESC) a ser criada especificamente para a gestão do projeto, conforme apresentado abaixo:

Figura 8. Organograma da Unidade de Gestão do Projeto (UGP)



Ouvidoria

A SAPE e demais coexecutoras possuem áreas de Ouvidoria Setoriais ou Seccionais, que funcionam como um canal centralizado de comunicação com os cidadãos de modo geral. As Ouvidorias Setoriais e Seccionais centralizam o recebimento das manifestações encaminhadas pela Ouvidoria Geral do Estado, com pedidos de acesso à informação, manifestações de denúncias, elogios, reclamações relacionados aos serviços prestados pela SAPE e empresas vinculadas.

Este Plano pretende continuar utilizando a estrutura da Ouvidoria que existe, inserindo uma opção no menu disponibilizado pela Ouvidoria-Geral "SC Rural 2" para facilitar a comunicação dos cidadãos sobre as atividades desenvolvidas dentro do escopo do Projeto.

7.2. Recursos

As estruturas atuais das Ouvidorias da SAPE, Epagri e Cidasc (coexecutoras) são suficientes para atender às demandas do Projeto no que diz respeito ao canal direto de comunicação com os cidadãos (e outras partes interessadas). Eventuais recursos adicionais relacionados à equipe ou materiais de escritório serão previstos no componente Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas, em ações relacionadas à gestão do projeto.

7.3. Monitoramento e Relatoria

Conforme descrito anteriormente, a Ouvidoria da SAPE elabora relatórios anuais de gestão sobre os dados das demandas recebidas. Esses relatórios podem ser acessados e baixados diretamente pelo site: <https://www2.agricultura.sc.gov.br/arquivos/ouvidoria>. Por este mecanismo é possível acompanhar a resposta às solicitações realizadas.

Além dos relatórios anuais de gestão, estão previstos dois indicadores do projeto relacionados ao envolvimento das partes interessadas, que são: um indicador de engajamento durante a preparação do projeto SC Rural 2, e isso inclui reuniões com conselhos representativos nos municípios, conforme descrito no tópico 5; e um indicador de avaliação de satisfação para os beneficiários que participarão das atividades previstas.